

O sítio romano do Vidigal, Aljezur

CARLOS PEREIRA*

R E S U M O

Com este trabalho, apresentamos novos dados de um sítio que, embora já do conhecimento da comunidade científica, tem dado mostras de um enorme potencial arqueológico. As quase três centenas de artefactos que agora se apresentam — produtos manufacturados de variadas proveniências — deixam transparecer uma comunidade de relativo poder aquisitivo. Mas se as cerâmicas, vidros e metais nos dão uma mostra dos gostos e consumos das gentes que viveram no sítio romano do Vidigal entre os séculos I e V d.C., falta conhecer qual a economia que sustentava este aglomerado. Avançamos com algumas propostas que, sem que haja trabalhos de escavação seguidos de um estudo rigoroso, não poderão ser confirmadas. Sem tais trabalhos, não parece possível avançar no conhecimento deste importante sítio arqueológico.

A B S T R A C T

With this paper we present new evidences about an archaeological site that proves a huge potential, despite being known since the late 19th century. The almost 300 artifacts that came to our knowledge up to now show us a Roman community with relative purchasing power that acquired manufactured products from different places. Although ceramic, glass and metal objects show us the taste and consumption of the people that lived in Vidigal between the 1st and 5th century AD, we lack knowledge of the economy that held this people. We come up with some suggestions that cannot be confirmed without archaeological works.

1. Introdução

O litoral algarvio foi sempre alvo apetecível para o estudo das sociedades antigas em território nacional. O próprio Estácio da Veiga, pioneiro da arqueologia portuguesa e natural de Tavira, afirmava que o Algarve havia sido já palco de muitos intervenientes.

Mas se o litoral imediato tem sido bastante investigado, o mesmo não se pode dizer do interior algarvio, que parece ter sido sempre relegado para segundo plano. Ainda que o concelho de Aljezur flankeie a Costa Vicentina, o estado do conhecimento científico sobre o Período Romano é ainda incipiente. Não nos poderemos satisfazer com o argumento de que, neste concelho, os vestígios da ocupação romana escasseiam, até porque são abundantes os indícios dessa presença.

Aljezur não seria um deserto em pleno Período Romano. Estácio da Veiga havia já comprovado, em finais do século XIX, que o concelho de Aljezur era rico em vestígios arqueológicos de várias épocas, entre as quais a romana. Apenas desejamos dar continuidade a um legado que, embora limitado, é já prova da existência de importantes sítios romanos.

Com efeito, na última década, têm vindo à superfície indícios que permitem agora delinear novos contornos na rede de povoamento romano no actual concelho de Aljezur.

O volume de materiais que se apresenta não tem paralelo, até ao momento, com aqueles que têm sido recolhidos ao largo da encosta do castelo de Aljezur. Por outro lado, Aljezur manifesta uma localização mais favorável e estratégica, acedendo mais facilmente ao mar. Esta realidade pode, contudo, ser apenas aparente dado que relatos da primeira metade do século XIX afirmam que, quando a maré subia, chegava até ao sítio do Vidigal (Lopes, 1841, pp. 204, 205).

Soma a toda esta informação a aparente importância do Vidigal na cartografia seiscentista, aparecendo a par da vila de Aljezur.

2. Situação geográfico-administrativa e estado da arte

A inexistência de trabalhos prévios de escavações no sítio romano do Vidigal impossibilita uma localização mais rigorosa do sítio. Ainda assim, a dispersão dos materiais que têm surgido à superfície do terreno permite a delimitação de uma área poligonal que se encontra geograficamente localizada na margem direita da ribeira do Arieiro e entre duas linhas de água sazonais que desagüam na anterior. Está implantado sensivelmente a 4,3 km da vila de Aljezur e a 5 km da Costa Vicentina, situação que lhe permitiria um acesso fácil ao mar, quer ao longo do vale que passa pela actual vila de Aljezur, coincidente com o rio, quer directamente acedendo à costa (Fig. 1).

Geologicamente localiza-se nos limites da área caracterizada por areias avermelhadas, grés e cascalheiras que se desenvolvem essencialmente nos planaltos litorais do ocidente (Oliveira, 1984, p. 58).

O sítio ocupa uma área de fácil acesso aos recursos hídricos da ribeira mas que lhe permite também captar água corrente das linhas que sulcam a encosta do vale em que se encontra. Topogra-

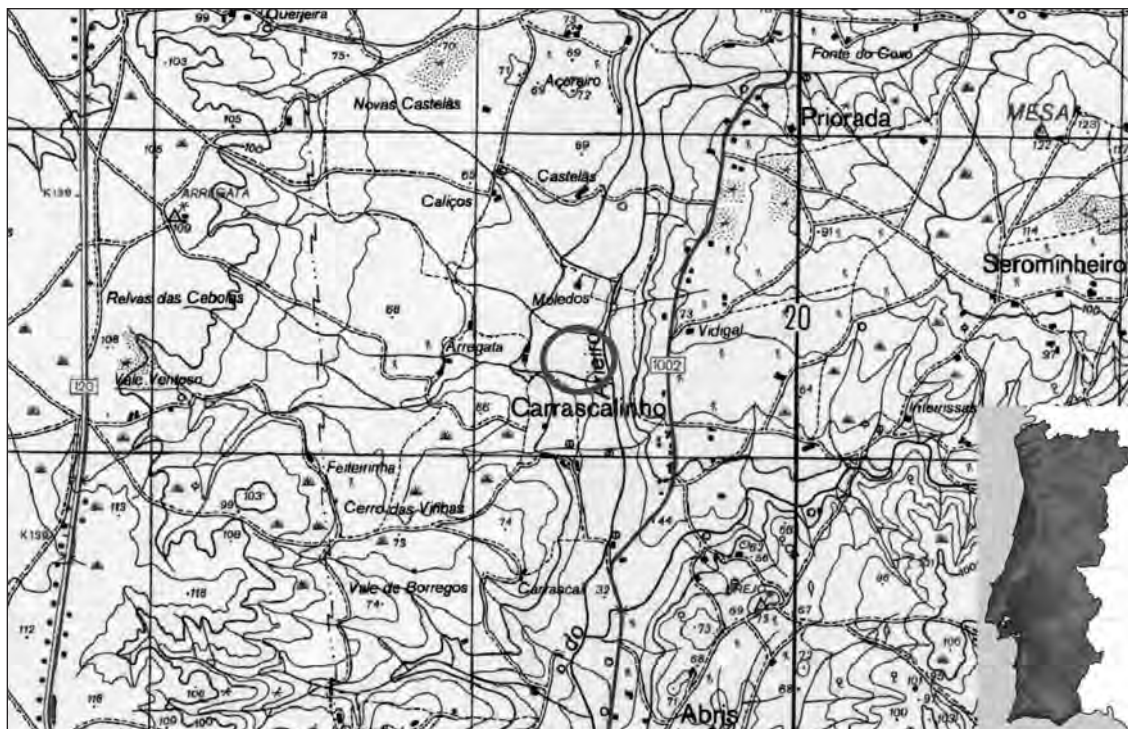


Fig. 1 Localização do sítio romano do Vidigal (Carta Militar Portuguesa 1:25000 n.º 576).

A partir de determinado momento, que não podemos precisar, o Vidigal terá experimentado uma quebra na importância que detinha, em detrimento de Aljezur. Certo é que, em pleno século XIX, conhecemos este local como “...*casal do Vidigal, que outrora foi grande povoação.*” (Leal, 1874, p. 136). Mais diz o citado autor que “...*ali chegava a maré, por um esteiro, que hoje é o pequeno ribeiro do Areiro. Em uma cheia ficaram descobertos alguns ossos de baleia, um dos quais ainda em 1840 sustentava [...] a chaminé do casal. Perto se vêem ruínas de edifício e terras queimadas...*” (Leal, 1874, p. 136).

Não é evidente se Pinho Leal esteve no casal do Vidigal no ano de 1840, ou se recolheu tais informações em Silva Lopes (1841, pp. 204–205). Realçamos, contudo, a proximidade deste casal às ruínas citadas e que correspondem, seguramente, àquelas a que Estácio da Veiga também se referiu e das quais Maria Luísa só já encontrou um troço que fotografou. É evidente que a outrora grande povoação do Vidigal ruiu, dando lugar, a partir do século XIX (Guedes, 1889; Branco, 1897; Pereira & Rodrigues, 1904, p. 212; Costa, 1929, p. 691), a um simples casal agrícola, não mais assomando na cartografia portuguesa.

Mas se, até aos trabalhos efectuados por M.^a L. Affonso dos Santos, havia sido recolhida apenas meia dúzia de materiais arqueológicos no sítio, o panorama viria a mudar substancialmente após a formação da Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, no ano de 1996.

Desde esse ano, houve uma clara preocupação em reconhecer todos os sítios arqueológicos concelhios, tendo por finalidade a sua salvaguarda. O Vidigal corresponde, sem dúvida alguma, a um dos mais importantes sítios romanos deste concelho, que deve ser preservado. Neste sentido, entre os anos de 2000 e 2003 foram sendo recolhidos alguns materiais arqueológicos num terreno contíguo àquele onde M. L. Santos detectou a referida estrutura (Santos, 1971, pp. 315–317, 1986, p. 42), que permitem ter hoje um conhecimento mais profundo da sua cronologia e potencial económico.

3. Os materiais

A totalidade dos 291 materiais recolhidos até ao momento no sítio arqueológico do Vidigal pode dividir-se entre cerâmica comum, ânforas, *terra sigillata* das distintas produções (itálica, sudgálica, hispânica, clara A e clara D), cerâmica de paredes finas, lucernas, cerâmica de “engobe vermelho pompeiano”, cerâmica africana de cozinha, vidros, metais e numismas (Fig. 3). Desde logo, é evidente a presença de diferentes e distintos tipos de materiais, de diversas procedências. Nem todos são coetâneos e nem todos os coetâneos têm a mesma origem. Passemos à sua análise mais pormenorizada, que, dada a ausência de contextos, será efectuada expondo os materiais por cronologia e categoria cerâmica.

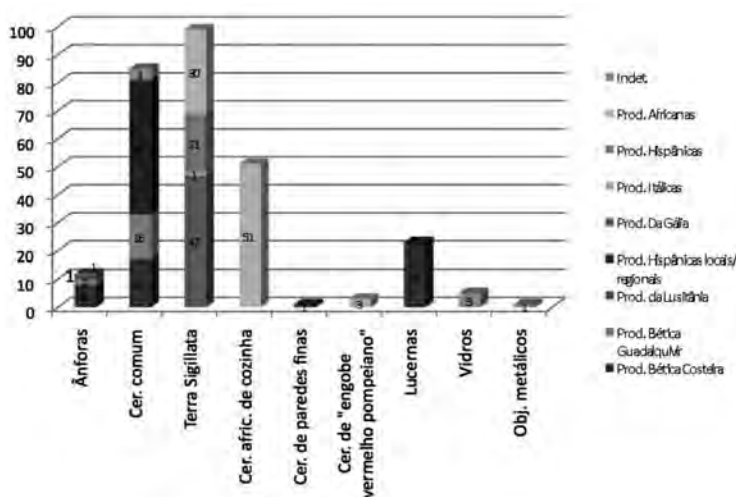


Fig. 3 Distribuição das diferentes categorias cerâmicas pelas produções identificadas.

A cerâmica comum, como em qualquer sítio arqueológico romano, é a mais abundante, contando com um total de 85 fragmentos cerâmicos. Além das sempre presentes produções locais/regionais, que totalizam 48 fragmentos, lográmos ainda identificar peças produzidas na província da Bética, correspondendo 17 a produções litorais (provavelmente da área de Cádiz) e outras 16 a produções com origem no vale do Guadalquivir, portanto, mais interiores (Fig. 3).

Morfologicamente, esta categoria cerâmica distribui-se por várias formas com distintas funcionalidades. A cerâmica de mesa é a única categoria que pode ser utilizada tanto no serviço de cozinha, como à mesa. Não esqueçamos ainda que pode ser utilizada para armazenamento ou acondicionamento de bens alimentares. Não efectuaremos qualquer distinção na funcionalidade das diferentes formas. A ausência de contextos não permite que dessa análise advenham quaisquer conclusões pertinentes.

Dos 85 fragmentos referidos, 48 permitiram classificação, sendo os restantes indeterminados. As tigelas correspondem à forma mais abundante, contando com 15 exemplares distribuíveis pelas diferentes produções. As produções da Bética costeira e da Bética interior (Fig. 4, n.º 1) estão presentes, mas a produção local/regional (Fig. 4, n.ºs 2 e 3) é a que predomina neste sítio arqueológico.

Seguem-se-lhe os potes e os tachos, ambos representados por 8 exemplares. Quanto às produções, no caso dos potes, identificámos situação idêntica à das tigelas (Fig. 4, n.º 4). Já os tachos manifestam uma realidade completamente distinta. A única produção constatada corresponde a fabricos locais/regionais (Fig. 4, n.ºs 5 e 6). Esta realidade poderá dever-se ao facto de esta forma estar destinada unicamente ao uso de cozinha, exigindo, mais que aparência estética, propensão para a exposição ao fogo, atributos que oferecem as produções locais.

Está também constatada a presença de bilhas. Os cinco exemplares identificados correspondem, na totalidade, a importações béticas, como acontece, aliás, com a maioria das cerâmicas dos sítios romanos algarvios (Fig. 4, n.ºs 7 e 8).

Dos três fragmentos correspondentes a terrinas, um corresponde a uma importação do Guadalquivir (Fig. 4, n.º 9), sendo os restantes locais ou regionais.

Com dois exemplares cada, encontramos os pequenos potinhos béticos da área do Guadalquivir (Fig. 4, n.º 10), típicos da Época Romana alto-imperial (Pinto & Morais, 2007, p. 242) e ainda os almofarizes coetâneos (Pinto & Morais, 2007, pp. 238-240). Dos últimos, um fragmento corresponde a uma importação bética (Fig. 4, n.º 11) e o outro a uma produção local/regional.

Além das formas já citadas, reconhecemos ainda um exemplar de alguidar produzido na Bética costeira (Fig. 5, n.º 12), um fragmento de púcaro produzido no vale do Guadalquivir e uma caçoila de bordo escalonado externamente (Fig. 5, n.º 14), correspondente a uma produção local/regional, forma típica do litoral andaluz e algarvio (Vegas, 1973, p. 45; Arruda & *alii*, 2010). Esta peça em concreto tem-se associado com frequência à produção de preparados de peixe, argumento fortalecido pela sua elevada quantidade no litoral em detrimento de sítios interiores (Ponsich, 1988).

Dos grandes recipientes, vocacionados unicamente para a armazenagem, pudemos reconhecer um fragmento de bordo de um *dolium* (Fig. 5, n.º 13) e uma tampa da mesma forma (Fig. 5, n.º 15). É curioso que o fragmento de *dolium*, ou talha, corresponda a uma importação bética, que seguramente terá efectuado o mesmo trajecto que as ânforas de idêntica proveniência, ou seja, descendo o Guadalquivir e sendo depois acondicionadas em embarcações, chegariam ao Vidigal por via marítima. A tampa, de produção local/regional, poderia ser usada simultaneamente como prato, comprovando a plurifuncionalidade que algumas das peças detinham.

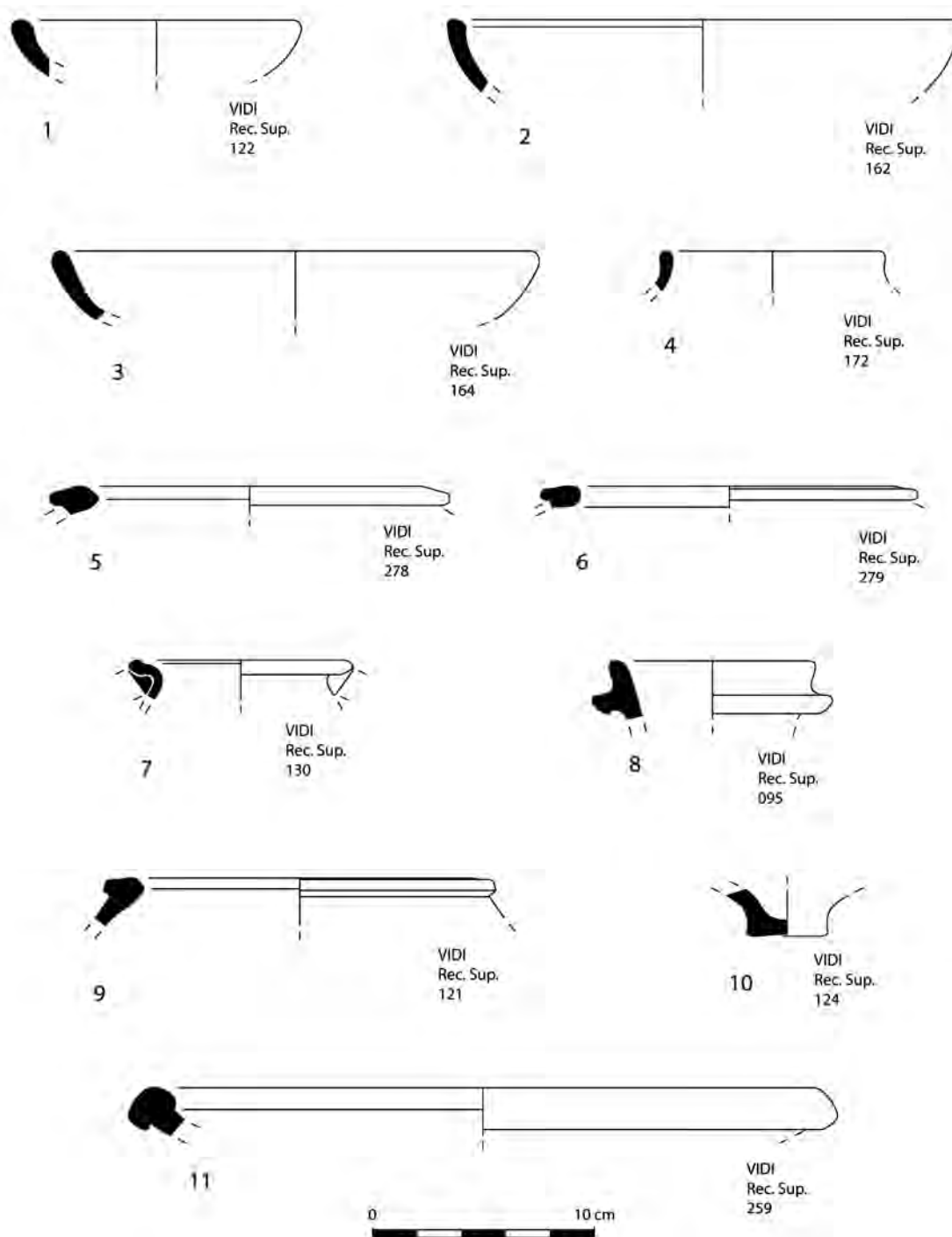


Fig. 4 1 - Tigela em cerâmica comum produzida na área do Guadalquivir; 2 e 3 - Tigelas de produção local/regional; 4 - pote de produção local/regional; 5 e 6 - tachos de produção local/regional; 7 - bilha de produção bética costeira; 8 - bilha produzida na área do Guadalquivir; 9 - terrina proveniente da área do Guadalquivir; 10 - potinho de importação bética Guadalquivir; 11 - Almofariz com a mesma origem.

Quanto às ânforas, identificámos doze exemplares, sendo cinco de forma indeterminada. Dos restantes, pudemos identificar dois correspondentes à forma Beltrán IIB (Fig. 5, n.º 16), de produção bética costeira, com uma cronologia balizada entre os séculos I e II d.C. No entanto, esta forma só está documentada na área gaditana a partir de meados do século I (García, 1998, p. 108). Idêntica

cronologia apresenta o fragmento de ânfora de tipo Dressel 20 destinada ao transporte do azeite bético produzido maioritariamente na área do Guadalquivir.

Ainda que tenhamos algumas reservas, cremos que um fragmento de produção lusitana corresponda a uma ânfora de tipo Dressel 14 (Fig. 5, n.º 17). Certamente que terá sido concebida na actual região algarvia, sendo exemplo disso a bem conhecida produção do Martinhal (Silva & *alii*, 1990), da Manta Rota (Viegas, 2006b, pp. 177–196) ou ainda de São Bartolomeu de Castro Marim (Vasconcelos, 1898; Fabião, 2004, p. 400). O início da produção deste tipo de ânforas, reservadas ao

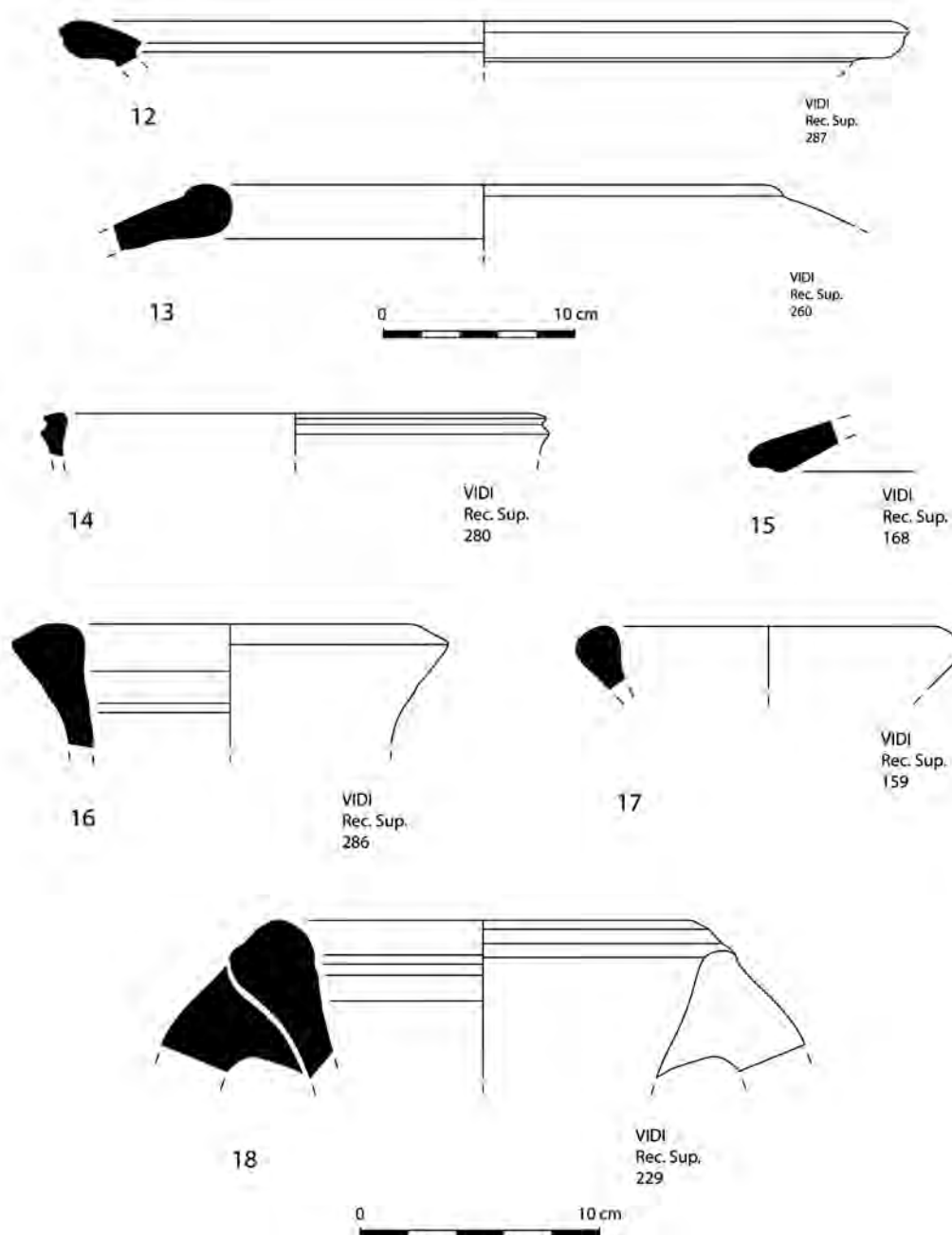


Fig. 5 12 - Alguidar produzido na área bética costeira; 13 - *dolium* originário da bética Guadalquivir; 14 - caçoila de bordo escalonado de produção local/regional; 15 - tampa de *dolium* de produção local/regional; 16 - ânfora de tipo Beltran IIB; 17 - ânfora lusitana Dressel 14; 18 - ânfora de tipo Keay XVI = Almagro 50A.

transporte de preparados de peixe, está documentado ainda durante o século I d.C. na área da baía de Cádiz (García, 1998, p. 83). No entanto, tendo em conta que estamos perante uma produção lusitana, o século II d.C. parece adequar-se mais ao momento da sua utilização.

Mais tardia é a ânfora de tipo Keay XVI de produção bética (Keay, 1984), também conhecida como tipo Almagro 50A (Étienne & Mayet, 2002). Até ao momento, é a peça mais tardia do conjunto (Fig. 5, n.º 18), mas, como veremos, existem ainda outros materiais que sustentam a ocupação do sítio ainda nesse momento. Cronologicamente é consensual uma produção balizada entre os finais do século II e o século IV d.C. (Bernal, 2000; García, 1998).

Além das importações já citadas, podemos ainda reconhecer um fragmento de ânfora, correspondente ao fundo, produzida na Gália. Referimo-nos a uma ânfora de tipo Gauloise 4 (Fig. 6, n.º 19) que tem a sua produção bem atestada tanto na área da Narbonense, como também no Languedoc e Provença (Laubenheimer, 1985), com uma cronologia de produção balizada entre meados do século I e o século III d.C. (Laubenheimer, 1985). No actual território nacional, não são muito abundantes estas ânforas, que, provavelmente, terão transportado o vinho gaulês (Peacock & Williams, 1986, pp. 142, 143). É precisamente no Algarve que encontramos os poucos exemplares identificados. Além do que aqui se apresenta, temos conhecimento de um outro em *Ossonoba* (Viegas, 2010, p. 221) e ainda três em *Balsa*, actual Torre de Ares (Tavira) (Viegas, 2010, pp. 363–366).

Inesperada foi a identificação de um fragmento de ânfora da II Idade do Ferro neste sítio arqueológico. Corresponde a um bordo de ânfora de tipo B/C de Pellicer (Fig. 6, n.º 20), amplamente difundida por toda a área sul da Península Ibérica (Pellicer, 1978, 1982) e sobejamente reconhecida em território algarvio (Arruda & *alii*, 2005, pp. 184–187). Com efeito, nada fazia prever a existência de uma ocupação anterior à romana neste local; contudo, a recolha desta ânfora obriga a ponderar agora essa possibilidade.

A *terra sigillata*, como em qualquer sítio romano, é sempre abundante. O sítio romano do Vidigal conta com 100 fragmentos identificados distribuíveis pelas diferentes produções, dos quais 57 foram passíveis de classificação (Fig. 3).

Das produções itálicas, apenas foi identificado um fragmento de bordo, possivelmente pertencente à forma 22 do *Conspectus* (Fig. 6, n.º 21). No entanto, as reduzidas dimensões do fragmento e a existência de outras formas idênticas não dão segurança no tipo atribuído, podendo incluir-se também na forma 18 da mesma tipologia. O elevado cuidado produtivo deste exemplar, assim como a presença de várias molduras permite enquadrá-lo em torno à viragem da era, baseando-nos na evolução do bordo que se vai simplificando progressivamente (Viegas, 2011, p. 290).

A *terra sigillata* sudgálica encontra-se representada por 47 fragmentos distribuíveis por diferentes tipos da classificação de Dragendorff (1895). Esta produção, iniciada na área de Lyon e destinada a abastecer, inicialmente, os acampamentos militares do “limes” germânico, ganhou um grande alento principalmente a partir do reinado de Tibério (Viegas, 2006a, p. 29).

A importação de *terra sigillata* desta produção parece iniciar-se com a forma 24/25, que conta com seis exemplares, correspondente a taças hemisféricas com o bordo separado do corpo por uma protuberância e decorado com guilhoché (Fig. 6, n.ºs 23 e 24). Cronologicamente, esta é uma das poucas formas desta produção que pode ser datada ainda da primeira metade do século I d.C. (Viegas, 2006a, p. 31), contrariamente à maioria dos restantes tipos de idêntica proveniência, que começaram a ser produzidos entre os anos 30 e 40 d.C. e primeiras décadas do século II d.C. (Bourgeois & Mayet, 1991; Delgado, Mayet & Alarcão, 1975; Viegas, 2003, 2006a).

Um dos exemplares do tipo 24/25 recolhido no Vidigal não só ostenta a presença de uma marca de oleiro no fundo interno correspondente ao produtor da peça, concretamente a marca RIOFE, como também apresenta um grafito no fundo exterior que possivelmente corresponderia

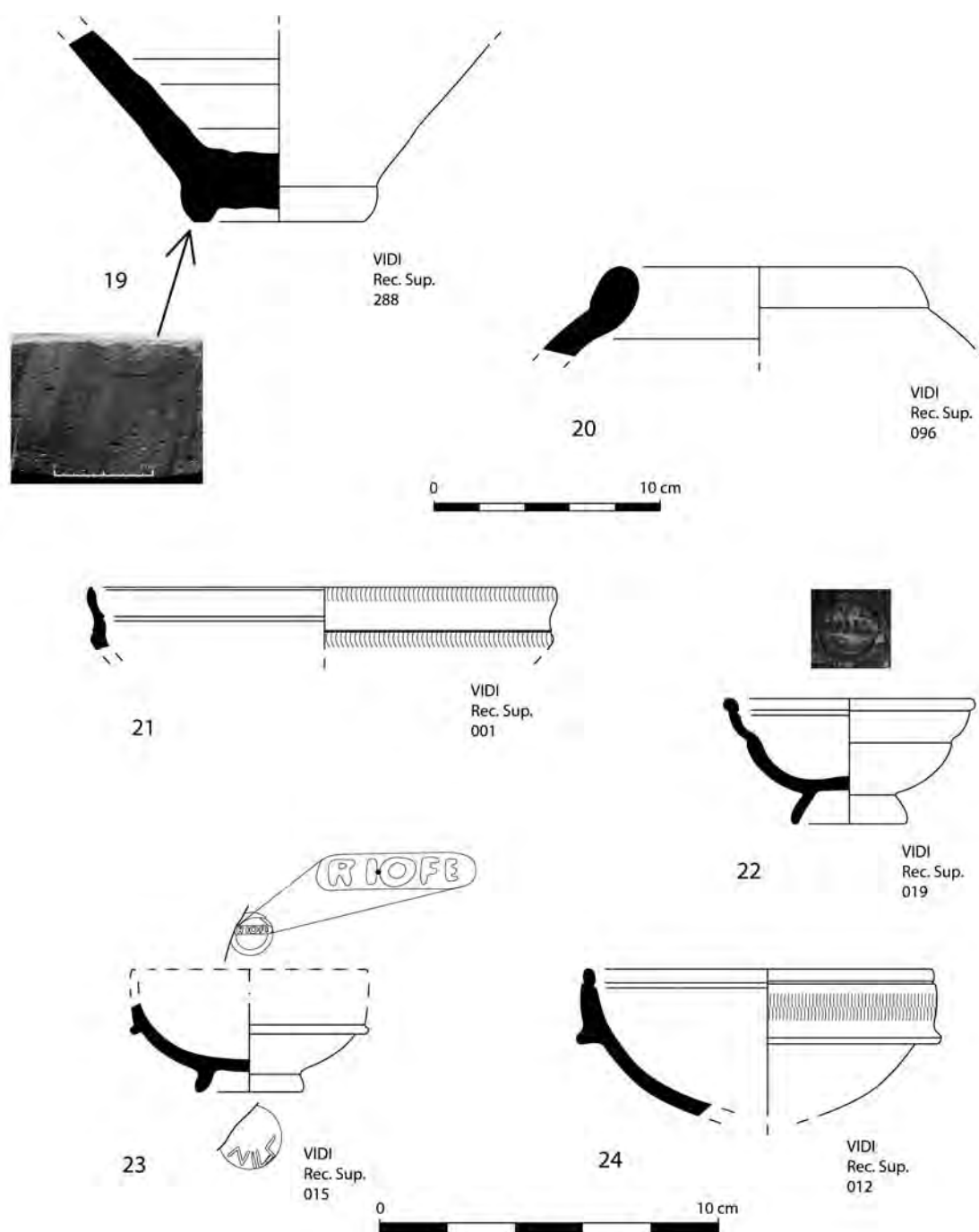


Fig. 6 19 - Ânfora Gauloise 4; 20 - ânfora de tipo B/C de Pellicer; 21 - *terra sigillata* itálica da forma conspectus 22; 23 - *terra sigillata* sudgálica da forma Drag. 27; 24 e 25 - *terra sigillata* sudgálica da forma Drag. 24/25.

ao seu proprietário e utilizador, NIVS (Fig. 6, n.º 23). Sobre a marca, pouco comum, algumas dúvidas surgem sobre o primeiro caractere, não se podendo afirmar com segurança se corresponde à letra R ou B, mas os restantes são bastante evidentes. Começando a marca de oleiro pela letra R, não identificámos qualquer paralelo. No entanto, com a letra B identificamos marcas semelhantes em *Claudia Baelo* (Bourgeois & Mayet, 1991; Bustamante, 2010), correspondendo a um oleiro que laborou em La Graufesenque nas décadas de 40 a 70 d.C., produzindo exemplares de *terra sigillata* mar-

moreada. O exemplar que apresentamos, correspondente ao oleiro Ri(...) O(...) Fe(*cit*), do qual desconhecemos ainda o nome, não está firmado sobre um exemplar marmoreado, o que pode complicar o panorama cronológico.

Da forma Drag. 27, constatámos a presença de quatro exemplares característicos da típica taça com carena interna bastante acentuada, para a qual vem sendo proposta uma evolução de exemplares mais finos para exemplares mais grosseiros e pesados, associados a produções mais tardias (Viegas, 2011, p. 296). Ambas as produções estão presentes no Vidigal, com quatro exemplares. De destacar ainda a ocorrência de uma marca epigráfica num dos exemplares, da qual não conseguimos leitura, precisamente correspondente a uma produção fina (Fig. 6, n.º 22).

Da forma Drag. 18, lográmos identificar dois exemplares (Fig. 7, n.º 26). Trata-se de pratos de perfis baixos e largos com um grande espectro cronológico, realidade que dificulta um enquadramento mais assertivo dos exemplares sem que tenhamos um contexto estratigráfico associado. Corresponde a uma das formas mais abundantes nos sítios romanos com ocupação de idêntica cronologia, como é o caso de *Claudia Baelo*, Miróbriga, Santarém ou Conímbriga (Viegas, 2003, 2006a, 2011).

Dos serviços flávios, posteriores às décadas de 60/70 d.C. (Viegas, 2006a, p. 32), identificámos um exemplar da forma Drag. 35/36 caracterizada pelo bordo horizontal que ostenta decoração com folhas de água. Paralelamente, a forma precedente corresponde a uma das mais difundidas pela Península Ibérica, quer na sua versão prato, quer na de taça.

Outra peça identificada no sítio romano do Vidigal corresponde ao prato da forma Drag. 15/17, de paredes baixas, com finas molduras e bordo geralmente vertical (Fig. 7, n.º 27). Esta forma, representada por cinco exemplares, apresenta uma cronologia ampla balizada entre a segunda metade do século I d.C. e a centúria seguinte, motivo que potenciou a sua elevada disseminação.

Das formas decoradas, em *terra sigillata* sudgálica, apenas identificámos o tipo Drag. 37, representado por quatro exemplares (Fig. 7, n.º 28). É consensual que a sua produção ter-se-á iniciado durante a segunda metade do século I d.C., sendo, contudo, mais problemático o estabelecimento de uma data para o final da sua importação nas diferentes províncias do Império (Viegas, 2006a, p. 35). A presença de decoração não permite esclarecer esta situação. O estado bastante fragmentário das peças apenas permite identificar as típicas faixas ou bandas semicirculares intercaladas por grinaldas ou ainda as métopas transversais a toda a produção desta taça cilíndrica.

Não poderíamos ainda deixar de fazer menção a um fragmento de fundo de forma indeterminada que permitiu, contudo, a identificação de uma marca. Trata-se da marca de oleiro FELICISI, para a qual não encontrámos nenhum paralelo exacto.

Da *terra sigillata* hispânica, classificados 11 fragmentos de um total de 21, iniciamos a sua exposição pelos exemplares denominados “hispânica precoce” ou, mais comumente denominados “tipo Peñaflor” (Viegas, 2006a). Trata-se de uma produção que se encontra localizada na área da antiga província da Bética e que parece inspirar-se em formas de outras categorias cerâmicas, como é o caso da cerâmica de “engobe vermelho pompeiano” ou da cerâmica de paredes finas (Viegas, 2006a). Cronologicamente, esta é uma produção que se tem balizado entre o momento tardo-republicano ou pré-augustano e o século V d.C. (Amores & Keay, 1999, p. 237).

No sítio romano do Vidigal, desta produção foram reconhecidos um fragmento pertencente ao tipo III de Martínez Rodríguez (1989), ainda que não estejamos completamente seguros nesta classificação (Fig. 7, n.º 29). Os pratos pertencentes a esta forma imitam os pratos itálicos de cerâmica de “engobe vermelho pompeiano” da forma 6 de Aguarod, com uma cronologia centrada na primeira metade do século I d.C. Ainda da mesma produção parece ser um prato da forma Drag. 15/17 (Fig. 7, n.º 30).

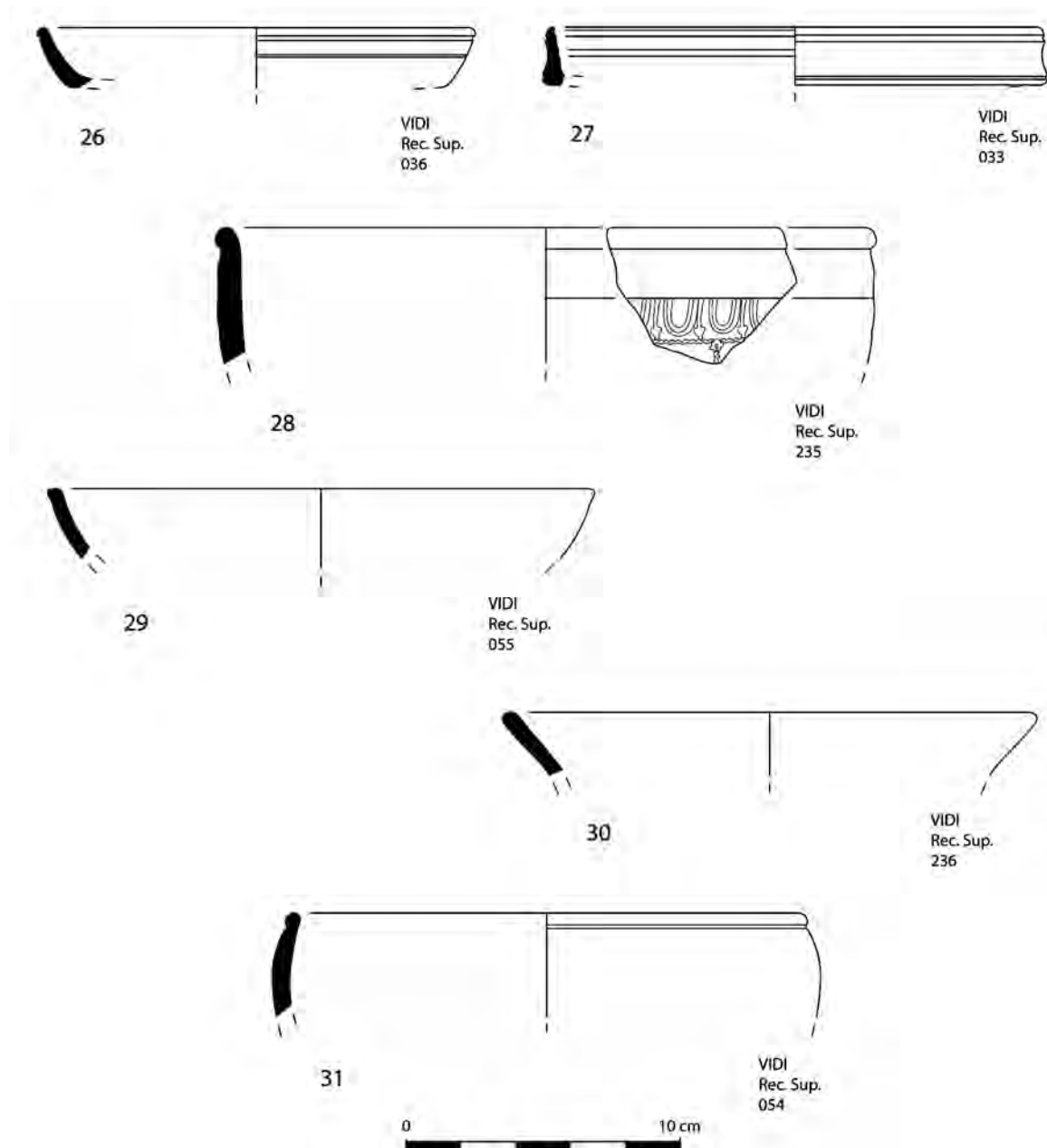


Fig. 7 26 - *Terra sigillata* sudgálica da forma Drag. 18; 27 - *terra sigillata* sudgálica da forma Drag. 15/17; 28 - *terra sigillata* sudgálica da forma Drag. 37; 29 - *terra sigillata* hispânica da forma III de Martínez Rodríguez; 30 - *terra sigillata* hispânica da forma Drga. 15/17; 31 - *terra sigillata* hispânica da forma Drga. 37.

Já em pleno Alto-Império parecem iniciar-se as produções de Trício e de Andújar. A primeira, localizada na região conhecida como La Rioja, estreou a sua laboração no início do século I d.C., mas o seu auge produtivo parece centrar-se na viragem para o século seguinte. A segunda, localizada na região do vale do Guadalquivir, parece ter-se iniciado nos reinados de Tibério e Cláudio (Viegas, 2006a, p. 75). Cremos que é precisamente esta produção que mais se faz sentir, até ao momento, no sítio que agora se apresenta.

Foram identificados cinco fragmentos de *terra sigillata* proveniente de Andújar, dois de forma indeterminada, um pertencente à forma Drag. 27 e ainda dois incluíveis na forma Drag. 15/17.

Os restantes fragmentos, ainda que com as devidas reservas, poderão facilmente corresponder a produções de Trício (La Rioja), que tinha como principal vocação a difusão dos seus produtos por via terrestre, quer para a província da Lusitânia, quer para a província da Bética, onde concorria com as produções locais aí já existentes (Viegas, 2011, p. 152). No Vidigal, esta produção faz-se representar por um exemplar do tipo Drag. 24/25, um outro correspondente à forma Drag. 37 (Fig. 7, n.º 31) e ainda outros três, que, na impossibilidade de obter o tipo concreto, foram genericamente classificados como sendo das formas Drag. 29/37. De salientar ainda a presença de um fragmento da forma Déch. 63, correspondente a um cantil decorado, datado dos Flávios.

Também a *terra sigillata* clara A se faz representar no inventário de materiais de sítios romanos com ocupação a partir do século II d.C., desconhecendo-se, contudo, a área nuclear desta categoria cerâmica cujo fabrico se detectou na área de Cartago (Hayes, 1972; 1981) e, mais recentemente, na Tunísia central (Bonifay, 2004). Certo é que esta cerâmica se fez acompanhar frequentemente por outras, como é o caso das ânforas, cerâmica africana de cozinha e ainda lucernas, que invadiram os mercados peninsulares a partir da segunda metade do século I d.C. (Viegas, 2011, p. 157).

No sítio do Vidigal, lográmos identificar 15 fragmentos desta categoria cerâmica, que foi classificada na totalidade. Prova de que adquiriu *terra sigillata* africana ainda durante o final do século I d.C. é a presença de um exemplar da forma Hayes 3C (Fig. 8, n.º 32). Neste momento, o Vidigal manifestava um considerável poder aquisitivo, recebendo materiais tanto do Norte de África como da Hispânia e do Sul da Gália.

Idêntica situação transporece da forma 9 da tipologia de Hayes, testemunho das relações comerciais com a área norte africana em momento cronológico coevo, quer na variante A ou B. A variante A, com presença de decoração a guilhoché, acaba por dar lugar a uma variante em tudo idêntica mas mais simplificada. Foram identificados dois exemplares da forma Hayes 9A (Fig. 8, n.º 33) e seis da variante B (Fig. 8, n.º 34).

Em pleno século II d.C., este tipo de cerâmica continuou a ser comercializado no Vidigal, fazendo-se representar por cinco exemplares da forma Hayes 14/17. De salientar que a reduzida dimensão dos fragmentos não possibilita uma classificação mais acertada. No entanto, acreditamos que um dos fragmentos corresponde à forma Hayes 15 (Fig. 8, n.º 35).

Mais problemático é um fragmento que não permitiu sequer a obtenção de diâmetro, realidade que não fornece segurança na classificação atribuída. Ainda assim arriscamos afirmar que poderá pertencer à forma Hayes 31, particular do século II d.C.

Desta categoria cerâmica, resta apresentar as produções de *terra sigillata* africana clara D, também presentes no Vidigal, embora em menor número (três fragmentos). Trata-se de produtos mais tardios que foram comercializados durante os séculos IV a VI d.C., podendo mesmo a sua importação prolongar-se até às primeiras décadas do século VII d.C. (Viegas, 2011).

Testemunho de que estas cerâmicas foram importadas para o Vidigal ainda durante os primeiros anos do século VI, é a presença das formas Hayes 58 e 59, representadas por um exemplar cada (Fig. 8, n.ºs 36 e 37). Com efeito, ambos os pratos são formas comuns no território algarvio, estando presentes quer em *Ossonoba* (Faro), quer em *Balsa* (Torre de Ares, Tavira). Ainda que o início da sua produção se possa atribuir aos últimos anos do século III d.C., certo é que se prolonga até ao século V d.C. (Hayes, 1972).

Importado durante a segunda metade do século V d.C. e as primeiras décadas da centúria seguinte terá sido o fragmento pertencente à forma Hayes 91B (Fig. 8, n.º 38), correspondente a uma tigela hemisférica com bordo seguido por uma aba com uma pasta que parece ser típica das produções de Oudhna, localizada a norte de Tunes (Bonifay, 2004).

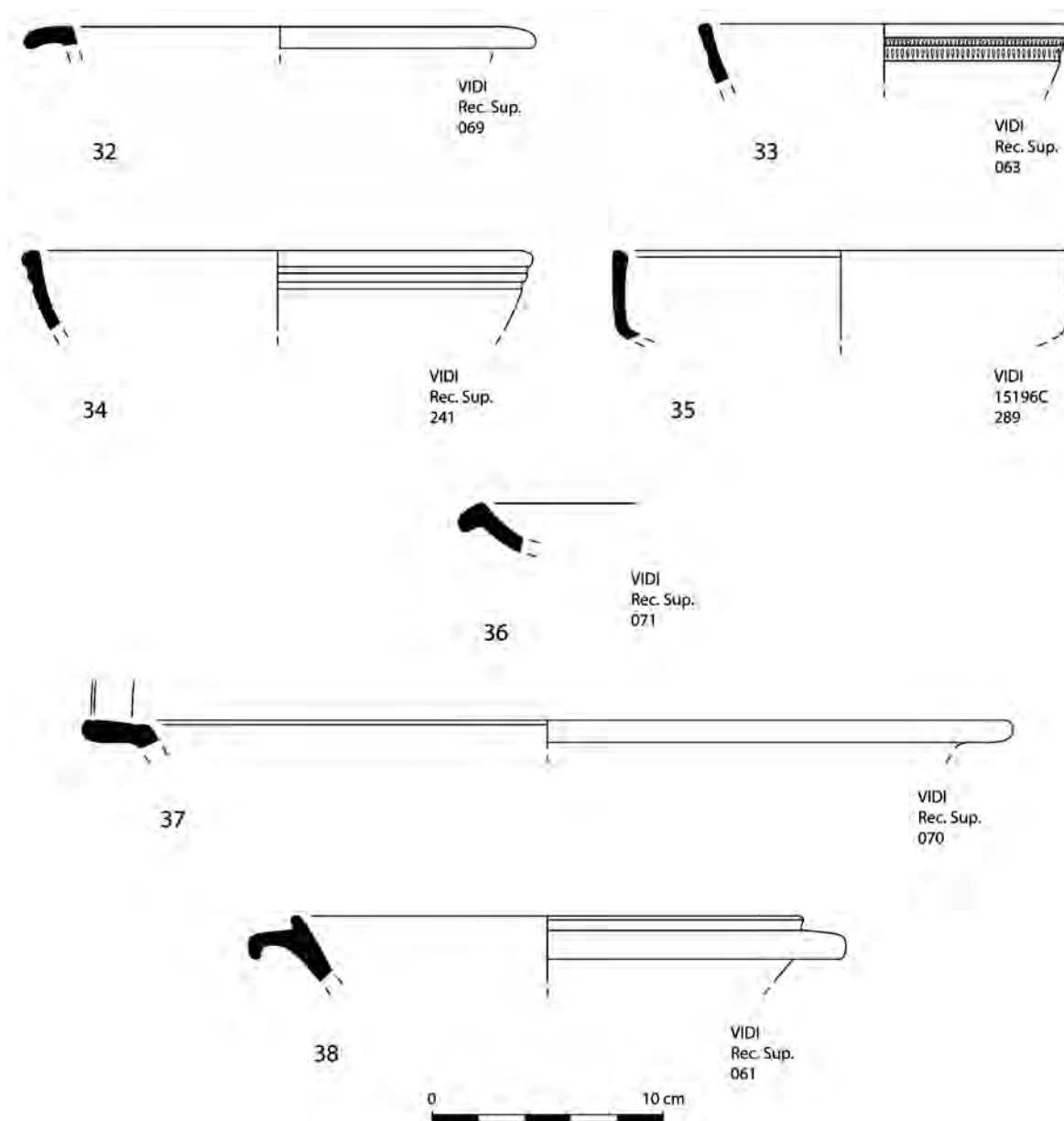


Fig. 8 32 - *Terra sigillata* clara A da forma Hayes 3C; 33 - *terra sigillata* clara A da forma Hayes 9A; 34 - *terra sigillata* clara A da forma Hayes 9B; 35 - *terra sigillata* clara A da forma Hayes 15; 36 - *terra sigillata* clara A da forma Hayes 58; 37 - *terra sigillata* clara A da forma Hayes 59; 38 - *terra sigillata* clara A da forma Hayes 91B.

A cerâmica africana de cozinha, proveniente da mesma área onde foi produzida a *terra sigillata* africana, figura abundantemente nos materiais recolhidos nos terrenos do Vidigal. Com efeito, este tipo de cerâmica seria transportado acompanhando a *terra sigillata* clara A (Bonifay, 2004, p. 48) ainda durante o século I d.C., como é o caso da forma Hayes 23B, representada no Vidigal por 13 exemplares (Fig. 9, n.ºs 39 e 40). Trata-se de pratos largos e baixos com uma acentuada carena e o fundo estriado. Hayes refere que esta forma apresenta geralmente os bordos polidos do lado exterior (Hayes, 1972, p. 200) ou, em contrapartida, pintados de negro (Hayes, 1972, p. 87).

Mas se a *terra sigillata* africana apresenta uma produção bastante disseminada pela maioria do território actualmente tunisino, o mesmo não parece acontecer com a cerâmica africana de cozinha.

Os seus centros produtores parecem estar mais concentrados na costa oriental, talvez com excepção de centros produtores da área de El Jem e Sbeitla (Bonifay, 2004, p. 66, fig. 33). Desconhecemos o motivo desta aparente concentração no litoral de oficinas que terão produzido simultaneamente *terra sigillata* africana. Certo é que, como foi já apontado por outros investigadores (Schuring, 1988; Picon, 1998; Bonifay, 2004), a cerâmica de cozinha deve muito do seu sucesso às suas capacidades de resistência térmica, que poderão, de alguma forma, estar relacionadas com esta selectiva implantação das oficinas no litoral. Também as típicas estrias presentes nos fundos das formas Hayes 23 e 197 têm sido aproveitadas como explicação para esta resistência (Schuring, 1988, p. 44; Bonifay, 2004, p. 71).

Dos 51 fragmentos desta categoria cerâmica, podemos ainda reconhecer três integráveis na forma Hayes 181 (Fig. 9, n.ºs 41 e 42). Também esta forma parece inspirar-se nos denominados pratos de cerâmica de “engobe vermelho pompeiano”, traduzindo-se em peças de amplos diâmetros, paredes baixas e bordos aplanados também designada como “afim da *terra sigillata* africana” (Bonifay, 2004, p. 67). Segundo Bonifay, esta forma está omnipresente em Bizacena e também um pouco por todo o litoral ocidental tunisino (Bonifay, 2004, p. 67), podendo ter sido importada para a Península Ibérica ainda durante o último quartel do século I e todo o século II d.C.

As formas Hayes 196A e 197 foram ambas mais divulgadas durante a segunda metade do século II d.C. e início da centúria seguinte em território peninsular. Trata-se de um tacho (Hayes 197) de bordo bífido com uma canelura no topo, paredes rectas e fundo em calote (Fig. 10, n.ºs 45 e 46), correspondendo a forma Hayes 196 à respectiva tampa (Fig. 9, n.ºs 43 e 44), que terá funcionado simultaneamente como prato. A cronologia apresentada é consensual com aquela avançada para as oficinas de *Pupput* e Nabeul, sendo as produções de *Leptis Magna* mais tardias, século IV d.C. (Bonifay, 2004, p. 225). Em território algarvio, além dos 16 exemplares da forma Hayes 196A e dos oito exemplares da forma Hayes 197 do Vidigal, ambas as formas são abundantes estando até ao momento documentadas também em *Balsa* e *Ossonoba* (Viegas, 2011).

A cerâmica de paredes finas encontra-se representada apenas por dois fragmentos que, devido às suas reduzidas dimensões, não permitem uma classificação segura. Ainda que a um deles, correspondente a um fundo, não aventuremos uma forma, sobre o outro avançamos que poderá tratar-se da forma Mayet IIA (1975), variante que se distingue pelo perfil do bordo, diâmetro e parede que denunciam um perfil de tendência ovóide (Fig. 10, n.º 47). Embora a sua produção esteja documentada a partir do século II a.C. (Mayet, 1975, p. 27), a sua importação para o ocidente do império apenas se faz sentir a partir do século seguinte, prolongando-se até ao reinado de Augusto ou mesmo até à viragem da era (López Mullor, 1989, pp. 202–203; Arruda & Sousa, 2003, p. 247). Devemos ainda ter em conta que ambos os fragmentos importados para o sítio romano do Vidigal correspondem a produções gaditanas que imitam os protótipos itálicos.

São poucos os sítios algarvios com a presença de formas deste tipo de cerâmica com uma cronologia tão antiga. Até ao momento conhecem-se em Castro Marim (Arruda & Pereira, 2008, p. 384) e Monte Molião (Arruda & Pereira, 2010, p. 711).

Também as lucernas estão presentes no inventário de materiais do Vidigal. No entanto, e como se trata de recolhas superficiais efectuadas pelo proprietário dos terrenos, os 23 fragmentos são de dimensão reduzida e não foram passíveis de classificação tipológica. Note-se, contudo, a quase total correspondência dos fragmentos com produções gaditanas, dos quais apenas um corresponde a uma produção local/regional. É sobejamente conhecida a estreita relação da região algarvia com a área andaluza. Também o Vidigal confirma tais relações comerciais.

As cerâmicas de “engobe vermelho pompeiano” há muito que foram individualizadas como detentoras de aspectos específicos ao nível da funcionalidade, tecnologia, produção, origem e tam-

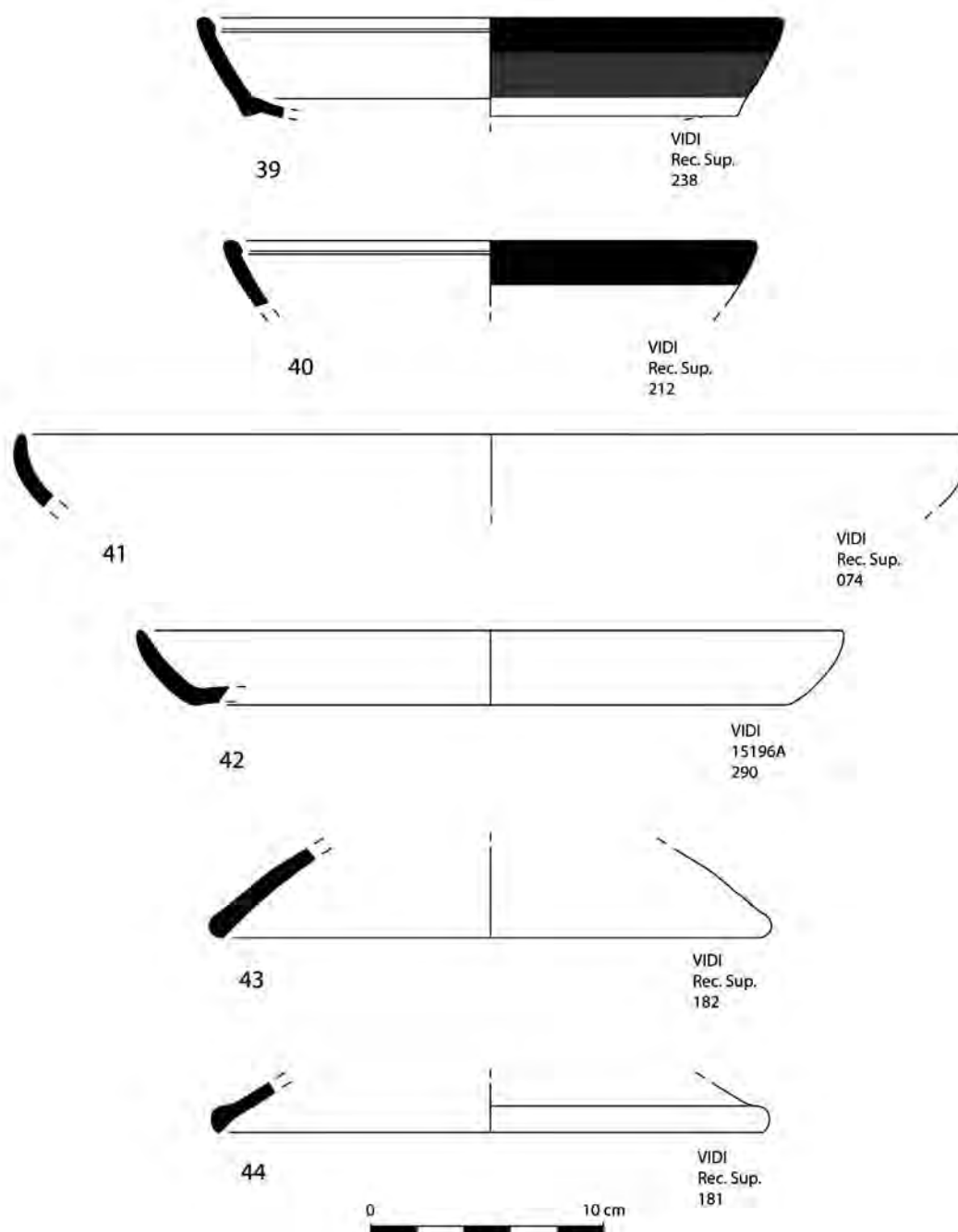


Fig. 9 39 e 40 - Cerâmica africana de cozinha da forma Hayes 23B; 41 e 42 - cerâmica africana de cozinha da forma Hayes 181; 43 e 44 - cerâmica africana de cozinha da forma Hayes 196A.

bém cronologia (Lamboglia, 1950; Aguarod, 1991; Arruda & Viegas, 2002). Um desses aspectos passa pelo facto de se tratar de formas baixas e com diâmetros bastante largos, com as superfícies internas cobertas por um engobe espesso avermelhado.

A produção destas cerâmicas, de uso de cozinha, parece ter-se iniciado na Península Itálica, mais especificamente na Etrúria e na Campânia, tendo-se disseminado a sua produção um pouco por todo o Império, tendo sempre por inspiração os protótipos itálicos (Arruda & Viegas, 2002, p. 222). Não obstante, é indiscutível que são os produtos itálicos aqueles que mais são comercializa-

dos (Aguarod, 1991, pp. 55-57), apresentando uma produção balizada, *grosso modo*, entre o século II a.C. e o século I d.C. (Aguarod, 1991, pp. 55-57).

No sítio do Vidigal, conseguimos reconhecer a presença de três fragmentos deste tipo cerâmico, dois correspondentes a bordos e outro a um fundo com claros vestígios de exposição ao fogo. É indiscutível a sua proveniência geográfica. A clara presença de abundantes areias vulcânicas denuncia uma origem na área da Campânia (Aguarod, 1991, p. 52).

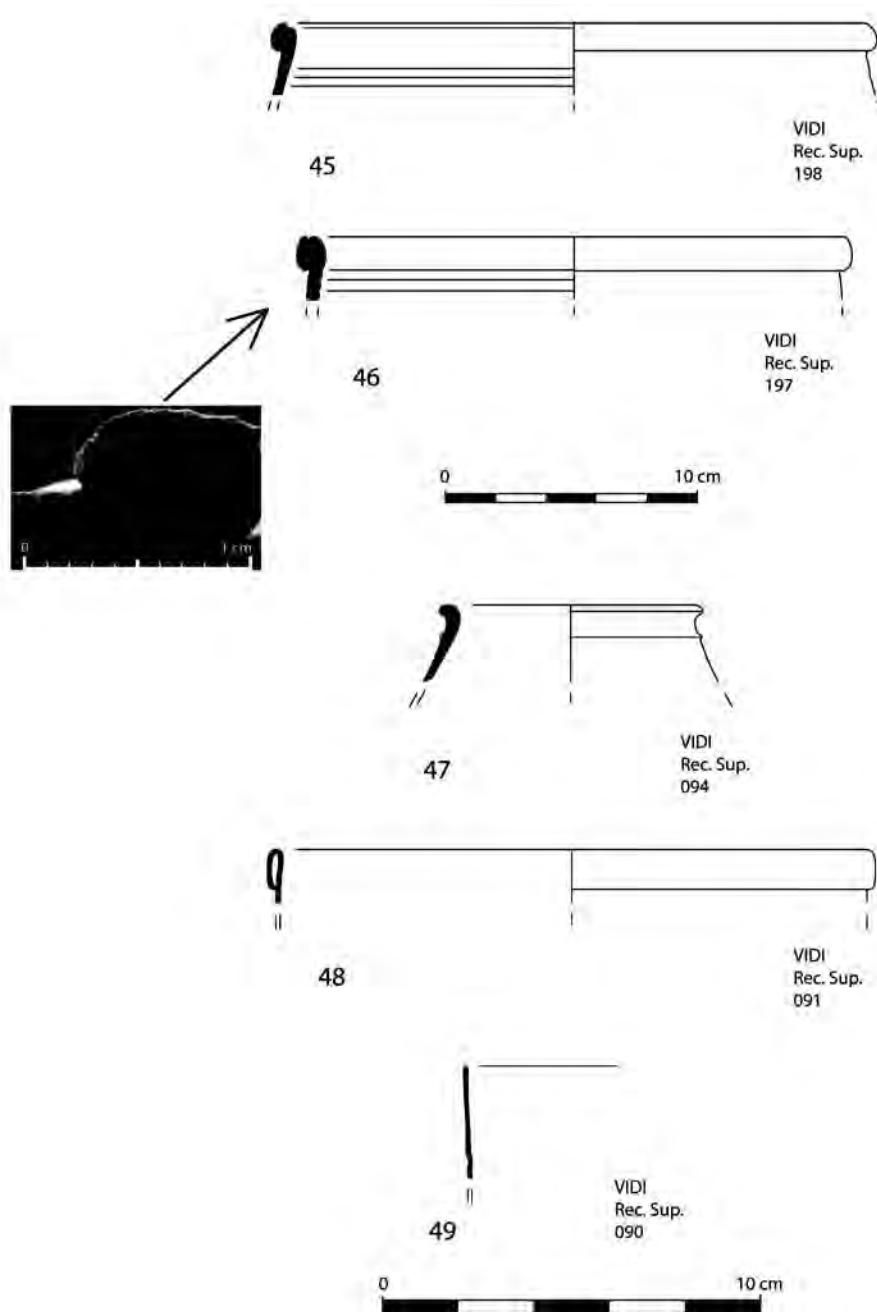


Fig. 10 45 e 46 - Cerâmica africana de cozinha da forma Hayes 197; 47 - cerâmica de paredes finas da forma Mayet IIA de produção bética costeira; 48 - taça de vidro da forma Isings 44a; 49 - copo de vidro.

A totalidade dos fragmentos corresponde à forma 6 de Aguarod, apresentando bordos verticais, arredondados e sem qualquer espessamento. Cronologicamente, esta forma parece ter sido produzida desde o século I a.C., embora na Península Ibérica a sua importação deva ser mais tardia, perdurando até ao último quartel do século I d.C. (Aguarod, 1991). É esta a forma que parece ter alcançado uma maior difusão por todo o Império Romano.

Como em qualquer sítio romano com uma cronologia centrada no Alto-Império, os vidros fazem parte integrante do repertório de materiais a apresentar. Embora tenhamos identificado apenas cinco fragmentos, dois permitiram integração morfológica nas tipologias existentes (Isings, 1957). A elevada fragilidade deste tipo de material e o elevado estado de fragmentação em que inevitavelmente se encontram nem sempre permitem a obtenção de formas ou, sequer, o reconhecimento do tipo.

Lográmos constatar no Vidigal a presença de um copo alto, de tendência cilíndrica e bordo em aresta viva ou polida de paredes rectilíneas. Poderá eventualmente corresponder à forma Isings 106, com uma cronologia centrada no século III d.C. Ainda assim, a própria autora reconhece que há exemplares recolhidos em contextos de clara anterioridade, sendo consensual uma cronologia em torno aos Antoninos (Isings, 1957, p. 127).

Admitimos, contudo, que o fragmento exumado no Vidigal parece enquadrar-se mais correctamente na forma Isings 34 (Fig. 10, n.º 49), bastante idêntica à anteriormente descrita, com a diferença de que nesta as paredes do copo são sempre rectilíneas, enquanto na forma Isings 106 poderão apresentar um perfil em S alongado. Também cronologicamente parece ser mais consonante com os restantes materiais, estando bem documentado o seu aparecimento em contextos de segunda metade do século I d.C. e início do século seguinte.

Não resulta fácil uma clara distinção de ambas as formas. É por demais evidente que uma é o resultado evolutivo da outra. No Algarve, a forma Isings 34 está documentada apenas em *Balsa* (Nolen, 1994; Alarcão, 1970).

Mais problemático é o bordo tubular alongado vertical que não outorga segurança alguma na sua classificação tipológica (Fig. 10, n.º 48). Não obstante, as suas dimensões e características permitem avançar com a sugestão de uma possível taça de tipo Isings 44a de cronologia coetânea à da forma precedente (Isings, 1957, pp. 59, 60; Cruz, 2009). Trata-se de uma forma que conseguiu uma grande dispersão por todo o império proporcionada, quiçá, pela sua funcionalidade prática.

Finalmente, não poderíamos deixar de fazer referência à recolha de um lítico correspondente a uma peça de jogo, objecto frequente no quotidiano romano, e ainda uma cavilha de ferro de dimensões consideráveis. Este último objecto é considerado como utilitário enquanto “complemento de artefactos de madeira” (Pereira, 2008). Esses artefactos de madeira poderiam ser do mais variado, desde objectos utilizados na arquitectura, armamento, ou mesmo veículos de tracção animal.

O único numisma exumado até ao momento no sítio romano do Vidigal (Fig. 11) corresponde a um denário de bronze com emissão datada de 217–218 d.C. de Diadumeniano.

Anv.: Leg.: M(arcus) OPEL(lius) ANT(oninus) DIADV MENIAN(us) CAES(ar).

Tipo: Busto drapejado e couraçado de Diadumeniano, à dir.

Rev.: Leg.: PRINC(eps) IVVENTV(tis).

Tipo: Diadumeniano de pé, segurando ceptro com a mão esq. e estandarte com a dir.; à esq., dois estandartes (RIC 102; RSC 3b).



Fig. 11 Denário de bronze com emissão oficial datada de 217-218 d.C. de Diadumeniano.

4. O sítio: procura de um modelo interpretativo

Infelizmente, os materiais arqueológicos que ora se apresentam estão desprovidos de quaisquer contextos arqueológicos, sejam eles de unidades estratigráficas que possibilitaram um melhor enquadramento cronológico, ou de âmbito espacial que permita a sua leitura associada a estruturas habitacionais ou industriais. Como se referiu já, as quase três centenas de materiais foram sendo recolhidos à superfície do terreno, numa área extensa, sempre que as terras eram lavradas.

Actualmente, os terrenos estão inseridos numa propriedade de turismo rural, que paralisou o arrotear das terras (Fig. 12). Com efeito, aquando a nossa visita ao local, os terrenos davam mostras de há longo tempo não serem tratados. Tal situação permite uma melhor conservação dos possíveis vestígios arqueológicos, que, certamente, se encontram no subsolo. No entanto, impossibilitou a detecção de materiais arqueológicos à superfície, além de alguns materiais romanos de construção.



Fig. 12 Aspecto actual da área onde foram recolhidos os materiais.

Mas ainda que a ausência de contextos arqueológicos condicione as ilações extraídas neste estudo, é possível elaborar algumas reflexões sobre o tipo de sítio que foi “o Vidigal”.

Em primeiro lugar, este estudo evidenciou que o sítio romano do Vidigal poderá ter sido ocupado a partir de meados do século I a.C. até ao século V d.C., a julgar pela presença da forma IIA de paredes finas e de *terra sigillata* africana da forma Hayes 91, respectivamente. Se os materiais deixam bem clara a baliza cronológica ocupacional, mais problemático é analisar ritmos de importação, economia e área administrativa a que este local estaria indexado. É possível, contudo, propor um aparente maior poder aquisitivo entre a segunda metade do século I e o século III d.C., momento em que as ânforas e, principalmente, a *terra sigillata*, a cerâmica comum e a cerâmica africana de cozinha foram prolixamente importadas para o local.

Parece desnecessária, à luz dos dados disponíveis, uma análise demasiado detalhada sobre quantificações e distribuição de formas nas diferentes categorias cerâmicas que são apresentadas. Não devemos esquecer que se trata de recolhas de superfície que, com forte probabilidade, podem ser transformadas por dados contextuais de futuras escavações no local. Por outro lado, de momento tal decomposição demonstrar-se-ia inútil para o entendimento do tipo de sítio.

Tendo em consideração a implantação do local e recursos disponíveis na envolvente, aos quais poderemos agora acrescentar o estudo dos materiais, parece provável tratar-se de uma *villae* romana que, como tantas outras no território actualmente algarvio, seria o epicentro da propriedade.

Não devemos ainda esquecer a existência de explorações mineiras romanas muito próximas deste local (Fig. 13). Referimo-nos ao sítio da Arregata (CNS 576) e também ao Vidigal (CNS 570 e 7520). Com efeito, Estácio da Veiga assinala esta área na carta arqueológica precisamente devido ao achado de vestígios de explorações mineiras (Veiga, 1905, p. 109). Confessamos que, e ainda que a proximidade marítima seja notável, a exploração desta *villa* romana se centraria, hipoteticamente, quer na agricultura, quer na mineração.

Como qualquer aglomerado populacional, seja urbano ou rural, nas imediações deveria existir um espaço dedicado aos finados. Esta vila também deveria estar equipada com este lugar. Em local incerto entre Mortórios e a Arregata, contíguo ao local de recolha destes materiais, há relatos de proprietários que afiançam ter casualmente levantado tégulas enquanto procediam à lavra dos ter-

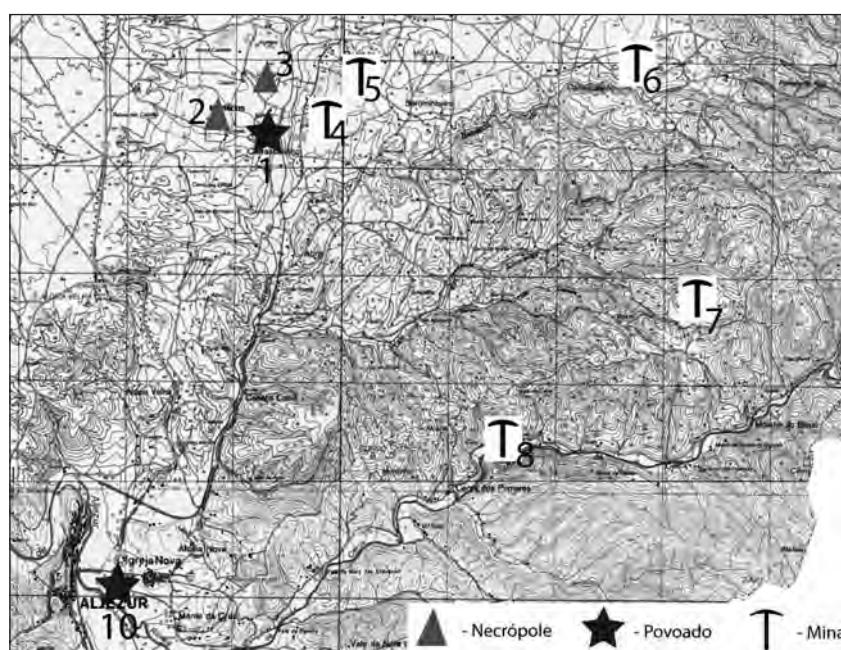


Fig. 13 O Vidigal e arredores.

- 1 - Vidigal;
- 2 - Mortórios ou Arregata;
- 3 - Moledos;
- 4 - Mina do Vidigal;
- 5 - Vidigal 2;
- 6 - Corte do Sobro;
- 7 - Corte Cabreira 3;
- 8 - Margalho;
- 10 - Aljezur.

renos para plantação de vinha. Mais afirmam que quando removem as ditas peças, sob estas encontram materiais mais finos e aquilo que parecem ser ossadas. São sobejamente conhecidas as típicas sepulturas romanas em “telhado de duas águas” que recebiam no seu interior o perecido (Fig. 13).

Na sede da ADPHA estão, com efeito, depositados um pequeno conjunto de materiais que confirmam a possibilidade de nesta área se encontrar uma necrópole romana. Trata-se de um conjunto de *tegulae*, duas completas, e ainda dois fragmentos de vidros deformados pela acção do fogo, realidade facilmente explicada pela sua deposição em sepulturas de incineração.

Há ainda notícia de idêntica realidade no sítio de Moledos (CNS 18607), onde se achou uma sepultura. Não é segura a cronologia deste enterramento. Contudo, este topónimo está muito próximo do sítio anteriormente referido, pelo que acreditamos que poder-se-á tratar da mesma necrópole e não de dois espaços de morte distintos.

O Vidigal aparenta corresponder a um importante sítio da ocupação romana do Algarve de elevado potencial arqueológico e turístico. Mas se os materiais aí recolhidos até ao momento comprovam uma pujante vivacidade do aglomerado em plena *pax romanorum*, não é de todo improvável que a fundação do local seja anterior, no Período Romano-Republicano ou mesmo durante a II Idade do Ferro como o corrobora a existência de um fragmento de ânfora do tipo B/C de Pellicer.

O estudo destes materiais não é suficiente na hora de avaliar a economia, administração e sociedade deste relevante sítio arqueológico. A realização de escavações arqueológicas e todo o trabalho de investigação subsequente demonstra-se fundamental para uma compreensão mais rigorosa do sítio.

5. O Vidigal e a ocupação romana do Algarve

Não resulta fácil, com os dados disponíveis até ao momento, a compreensão da malha ocupacional romana no extremo ocidente peninsular, concretamente o ocidente algarvio.

A relação entre o campo (*ager*) e a cidade (*urbs*) é algo que não deve ser analisado segundo os conceitos actuais (Bernardes, 2005), ainda que seja verdade que as cidades romanas foram o centro do conhecimento e cultura e as *villae* romanas correspondiam a dilatações da própria cidade no campo (Bernardes, 2005). Talvez por ser a elite urbana que detinha e administrava essas *villae*, elas correspondiam, precisamente, a uma urbanidade em pleno campo.

Esta relação não é unilateral. Sendo a cidade o centro do conhecimento, transmite para o campo os meios e as técnicas necessárias a uma rentável exploração. O campo, por seu turno, presenteia o resultado das explorações, que é comercializado através das cidades, principais focos comerciais.

Posto isto, certamente que a *villa* romana do Vidigal não se encontraria isolada dos restantes aglomerados habitacionais, gerida por uma política de autoconsumo. Prova disso, é a existência de vias romanas nas proximidades (Mantas, 1997; Rodrigues, 2004; Santos, 1972) que facilitavam o escoamento dos seus produtos, assim como a existência de uma linha de água que seria navegável com pequenas embarcações que, chegando a Aljezur, efectuariam uma trasfega para barcos de maior porte. Efectivamente, parece haver indícios da existência de um cais a norte da actual vila de Aljezur (Cardoso, 1988), embora escasseiem vestígios de contextos habitacionais.

Com o que foi já adiantado, ficamos a conhecer a condição administrativa desta *villa* romana. Além da exploração agrícola, a presença de minas romanas nas imediações denuncia outra vertente económica (Fig. 14). No entanto, se a *villa* romana foi o eco da cidade no campo (Bernardes, 2005, p. 35), não poderemos deixar de questionar qual o eco que a *villa* romana do Vidigal representou.



Fig. 14 A ocupação romana de Aljezur. 1 - Vidigal (sem CNS); 2 - Mortórios ou Arregata (sem CNS); 3 - Moledos (CNS 18607); 4 - Mina do Vidigal (CNS 570); 5 - Vidigal 2 (CNS 7520); 6 - Corte do Sobro (CNS 1167); 7 - Corte Cabreira 3 (CNS 7521); 8 - Margalho (CNS 1240); 9 - Malhadaís (sem CNS); 10 - Aljezur (CNS 5412, 916, 7515, 18608); 11 - Monte da Vinha (CNS 7518); 12 - Malhada da Cerva (CNS 7528); 13 - Cerro das Vinhas (sem CNS); 14 - Murração (CNS 1248).

Ossonoba era, sem dúvida alguma, o centro político-administrativo da actual região algarvia. A capitalidade da cidade de Faro espelha-se na proliferação de *villae* suburbanas que se instalaram em terrenos férteis para exploração (Bernardes, 2005, p. 35), quer nas imediações, como é o caso das *villae* do Amendoal e de Vale Carneiros, quer em zonas mais afastadas, onde se construíram *villae* mais abastadas e de características áulicas. É o caso da sobejamente conhecida *villa* de Milreu (Estói), da *villa* do Cerro da Vila (Vilamoura) ou da Quinta de Marim (Olhão).

O litoral algarvio cedo se mostrou propício a uma rápida romanidade. Contudo, quando comparamos o sotavento ao barlavento deparamo-nos com uma realidade um tanto ou quanto díspar. O sotavento, mais próximo à actual área andaluza, transparece uma rede ocupacional mais densa e uma proliferação pujante de distintos tipos de povoados. Não devemos ainda esquecer que também aí se localiza a cidade de *Balsa* (Torre de Ares, Tavira), que deverá ter partilhado com *Ossonoba* a acção administrativa do território (Bernardes, 2005, p. 36).

Mas se o sotavento manifesta uma acção romanizadora centrada em duas *civitates*, o mesmo não acontece com o barlavento. Aí não podemos encontrar núcleos urbanos que, à imagem de *Ossonoba* ou mesmo de *Balsa*, possam ter assumido um papel preponderante na romanização do campo. Temos conhecimento de possíveis núcleos urbanos, como parece ser o caso de Monte Molião (Arruda, 2007; Arruda & Pereira, 2010; Arruda & alii, 2010), possivelmente correspondente à *Laccobriga* referida nas fontes clássicas. No entanto, a ausência de equipamentos públicos ou de epigrafia que o comprove, não permite assegurar a evolução destes núcleos para cidades tipicamente romanas, onde se centrassem as actividades político-administrativas, económicas ou religiosas da região.

Sítios como o Monte Molião ou ainda Castro Marim (*Baesuris*), com uma fundação anterior à romana e aparentando nunca ter sido equipadas como a verdadeira cidade romana, corresponderão a *oppida* que assumiram esse papel durante o Alto Império. O século II d.C. parece marcar uma reestruturação da rede de povoamento romano, realidade que estimulou o abandono de povoados em altura, como é o caso, em áreas onde esses critérios ocupacionais já não se adequavam. A necessidade de defesa que se fez sentir durante o Período Romano-Republicano deu lugar a outras carências que justificaram esse abandono.

Assim, cabe às principais *villae* romanas o protagonismo estruturante do território. Com efeito, embora o ocidente algarvio não usufrua de uma cidade como *Balsa*, transparece uma densa disseminação de *villae* que, mais afastadas da principal *civitas*, assumem um papel decisivo na organização e exploração do território.

A *villa* romana do Vidigal, paralelamente a outras do ocidente algarvio, deverá ter partilhado esse papel, principalmente porque está geograficamente mais afastada do polo estruturador ou mesmo de *Laccobriga* (Lagos), tendo sido elementar na exploração dos recursos da região onde a mineração se fez sentir profusamente.

NOTA

* Mestre em Pré-História e Arqueologia, doutorando em História variante Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL)
UNIARQ Centro de Arqueologia. Faculdade de Letras.
Universidade de Lisboa)

BIBLIOGRAFIA

- AGUAROD, Carmen (1991) - *Cerámica romana importada de cocina en la Tarraconense*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”.
- ALARCÃO, Jorge de (1970) - Vidros romanos de Balsa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3.ª série. 4., pp. 237–273.
- ALBERNAZ, P. Teixeira (1595–1662) - *Descripcion del Reyno de Portugal: y de los Reynos de Castilla que parten con su frontera delineada*. Escala [ca. 1:660 000], Madrid: Casa de Santiago de Ambrona.
- ARRUDA, Ana Margarida (2007) - Laccobriga. In *A ocupação romana na baía de Lagos. Catálogo da Exposição*. Lagos: Câmara Municipal, pp. 7–47.
- ARRUDA, Ana Margarida, BARGÃO, Patrícia; SOUSA, Elisa (2005) - A ocupação pré romana de Faro: alguns dados novos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, pp. 177–208.
- ARRUDA, Ana Margarida; PEREIRA, Carlos (2008) - As ocupações antigas e modernas no Forte de S. Sebastião, Castro Marim. *Xelb*. Silves. 8:1, pp. 365–395.
- ARRUDA, Ana Margarida; PEREIRA, Carlos (2010) - Fusão e produção: actividades metalúrgicas em Monte Molião (Lagos), durante a Época Romana-Republicana. *Xelb*. Silves. 10, pp. 695–716.
- ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa (2003) - Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:1, pp. 235–286.
- ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina (2002) - As cerâmicas de “engobe vermelho pompeiano” da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:1, pp. 221–238.
- ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina; BARGÃO, Patrícia (2010) - A cerâmica comum de produção local de Monte Molião. *Xelb*. Silves. 10, pp. 285–304.
- BERNAL CASASOLA, Dario (2000) - La producción de ánforas en la Bética en el s. III y durante el Bajo Imperio Romano. In *Congreso Internacional Ex Baetica amphorae, Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano (Sevilla-Écija diciembre 1998)*. Écija: Gráficas Sol, pp. 239–372.
- BERNARDES, João Pedro (2005) - A relação campo/cidade: os casos de Milreu e Ossonoba. In *Caminhos do Algarve Romano/Paths of the Roman Algarve: catálogo da Sala Lapidar do Museu Municipal de Faro*. Faro: Museu Municipal, pp. 35–42.
- BONIFAY, Michel (2004) - *Études sur la céramique romaine tardive d’Afrique*. Oxford: Archaeopress.
- BOURGEOIS, Ariane; MAYET, Françoise (1991) - Les sigillées. In *Fouilles de Baelo*, VI. Madrid: Casa de Velázquez.
- BRANCO, C. (1897) - Aljezur. *O Domingo Ilustrado*. Lisboa. 10, p. 75.
- CARDOSO, João Muralha (1988) - Subsídios para a carta arqueológica de Aljezur. *Espaço Cultural*. Aljezur. 3, pp. 19–42.
- COSTA, Américo (1929) - *Dicionário chorographico de Portugal Continental e Insular: Hydrographico, histórico, orographico, biographico, archeologico, heráldico, etymologico*. Pref. José Joaquim Nunes, Volume 9. Porto: Livraria Civilização.
- CRUZ, Mário da, ed. (2009) - *Vita vitri. O vidro antigo em Portugal*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- DELGADO, Manuela; MAYET, Françoise; ALARCÃO, Adília Moutinho (1975) - Les sigillées. In ALARCÃO, Jorge de; ÉTIENNE, Robert, eds. - *Fouilles de Conimbriga*, 4. Paris: De Boccard.
- DRAGENDORFF, Hans (1895) - Terra Sigillata. Ein Beitrag zur Geschichte der griechischen und römischen Keramik. *Bonner Jahrbücher*. Bonn. 96–97, pp. 18–155.
- ÉTIENNE, Robert (1990) - Que transportaient donc les amphores lusitaniennes? In ALARCÃO, Adília; MAYET, Françoise, eds. - *Ánforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio: actas das Jornadas de estudo*. Coimbra/Paris: Museu Monográfico de Conimbriga/Paris, p. 15–19.
- ÉTIENNE, Robert; MAYET, Françoise (2002) - *Salaisons et sauces de poisson hispaniques*. Paris: De Boccard.
- FABIÃO, Carlos (2004) - Centros oleiros da Lusitania: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In *FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. Oxford: Archaeopress, pp. 379–410.
- GARCÍA VARGAS, Enrique (1998) - *La producción de ánforas en la Bahía de Cádiz en época romana (siglos II a.C. – IV d.C.)*. Écija: Gráficas Sol.
- GUEDES, A. (1889) - Aljezur. *Archivo Historico de Portugal*. Lisboa. 16.
- HAYES, John W. (1972) - *Late Roman pottery*. London: The British School at Rome.
- HERMET, Frédéric (1934) - *La Graufesenque (Condatomago). I, vases sigillés. II, graffitiés*. Paris: E. Leroux.
- ISINGS, Clasina (1957) - *Roman glass from dated finds*. Groningen/Djakarta: Academia Rheno-Traiectina Instituto Archaeologico.
- KEAY, Simon (1984) - *Late Roman amphore in the western Mediterranean. A tipology and economic study: the Catalan evidence*. Oxford: BAR International Series.
- LAMBOGLIA, Nino (1950) - *Gli scavi di Albintimilium e la cronologia della ceramica romana*. Bordighera : Instituto Internazionale di Studi Liguri.
- LAUBENHEIMER, Fanette (1985) - *La production des amphores en Gaule Narbonnaise sous le Haut Empire*. Paris: Les Belles Lettres.
- LEAL, Augusto Pinho (1874) - *Portugal antigo e moderno. Dicionário geographico, estatístico, chorographico, heráldico, archeologico, histórico, biographico e etymologico*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira.

- LOPES, João Baptista da Silva (1841) - *Corografia ou memória económica, estadística, e topográfica do Reino do Algarve*. Lisboa: Academia Real das Ciências.
- LÓPEZ MULLOR, Alberto (1989) - *Las cerámicas romanas de paredes finas en Cataluña*. Barcelona: Diputació.
- MANTAS, Vasco (1997) - Os caminhos da serra e do mar. In BARATA, Filomena; PARREIRA, Rui, ed. - *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: IPPAR, pp. 311–325.
- MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, Federico (1989) - Las cerámicas béticas de imitación tipo Peñaflores: bases para el estudio de un nuevo grupo cerámico de época altoimperial. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*. Madrid. 26, pp. 60–65.
- MAYET, Françoise (1975) - *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris: De Boccard.
- MORAIS, Rui (1997–1998) - Sobre a hegemonia do vinho e a escassez do azeite no Noroeste peninsular nos inícios da romanização. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II. 14–15, pp. 175–182.
- NOLEN, Jeanette U. Smit (1994) - *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Museu Nacional de Arqueologia.
- OLIVEIRA, José Tomás (1984) - *Carta geológica de Portugal, escala 1/50 000. Notícia explicativa da folha 7*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- PEACOCK, David P. S.; WILLIAMS, David F. (1986) - *Amphorae and the Roman economy: an introductory guide*. London: Longman.
- PELLICER CATALÁN, Manuel (1978) - Tipología y cronología de la ánforas prerromanas del Guadalquivir según el Cerro Macareno (Sevilla). *Habis*. Sevilla. 9, pp. 365–400.
- PELLICER CATALÁN, Manuel (1982) - Las cerámicas del mundo fenicio en el Bajo Guadalquivir: evolución y cronología según el Cerro Macareno (Sevilla). In NIEMEYER, Hans Georg, ed. - *Phönizier im Westen: die Beiträge des Internationalen Symposiums über die phönizische Expansion im westlichen Mittelmeerraum in Köln vom 24. bis 27. April 1979*. Mainz: Philipp von Zabern, pp. 371–402.
- PEREIRA, João Manuel Esteves; RODRIGUES, Guilherme (1904) - *Portugal; Dicionário histórico, chorographico, heráldico, biographico, bibliographico, numismático e artistico*. Volume I-A. Lisboa: Romano Torres.
- PICON, Michel (1998) - Pour une histoire des céramiques communes et particulièrement culinaires. *Rivista di Archeologia*. Macerata. 22, pp. 145–151.
- PINTO, Inês Vaz; MORAIS, Rui (2007) - Complemento de comércio das ânforas: cerâmica comum bética no território Português. In *Actas del Congreso Internacional CETARIAE. Salsas y Salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Oxford: Archaeopress, pp. 235–254.
- PONSICH, Michel (1988) - *Aceite de oliva y salazones de pescado: factores geo-económicos de Bética y Tingitana*. Madrid: Universidad Complutense.
- RODRIGUES, Sandra (2004) - *As vias romanas do Algarve*. Faro: Universidade do Algarve.
- RSC = SEABY, Herbert A. (1982) - *Roman Silver Coins. Pertinax to Balbinus and Pupienus*. Vol. 3. London: Seaby.
- SANSON, Nicolas (1600–1667) - *Le Royaume de Portugal et des Algarves: divisé en ses archevêchés, évêchés, et territoires*. Escala [ca. 1:780 000]. Paris: Hubert Iailot.
- SANTOS, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos (1971) - *Arqueologia romana do Algarve*. Vol. I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- SANTOS, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos (1972) - *Arqueologia romana do Algarve*. Vol. II. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- SANTOS, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos (1986) - Um museu em Aljezur: preservação do património algarvio. *Espaço Cultural*. Aljezur. 1, pp. 34–46.
- SCHURING, Josine M. (1988) - *Terra sigillata africana* from the San Sisto Vecchio in Rome. *BABESCH*. Leuven. 63., pp. 1–68.
- SECO, Fernando Álvares (1561) - *[Portugal] [Material cartográfico]*. Roma: Michaelis Tramezini.
- SECO, Fernando Álvares (1612?) - *Portugalliae que olim Lusitania, novissima & exactissima descriptio [Material cartográfico] Escala [ca. 1:1300000]. [Antwerpen]: Abraham Ortelius*.
- SILVA, Carlos Tavares da, SOARES, Antónia; CORREIA, Virgílio Hipólito (1990) - Produção de ânforas no Martinhal (Sagres). In ALARCÃO, Adília; MAYET, Françoise, eds. - *Ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio. Actas das Jornadas de estudo*. Coimbra: Museu Monográfico de Conímbriga; Paris: De Boccard, pp. 225–246.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1898) - Olaria luso-romana em S. Bartolomeu de Castro Marim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4, pp. 329–336.
- VEGAS, Mercedes (1973) - *Cerámica común romana del Mediterráneo occidental*. Barcelona: Universidad.
- VEIGA, Sebastião P. Martins Estácio da [1886, 1887, 1889, 1891] (2005) - *Antiguidades monumentaes do Algarve: tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. 4 vols. 2005 edição da Universidade do Algarve com prefácio de Teresa Júdice Gamito.
- VEIGA, Sebastião P. Martins Estácio da (1905) - *Antiguidades monumentaes do Algarve: tempos históricos. O Arqueólogo Português*. Lisboa. 10, pp. 107–118.
- VIEGAS, Catarina (2003) - *Terra sigillata da Alcáçova de Santarém: economia, comércio e cerâmica*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

- VIEGAS, Catarina (2006a) - *A cidade romana de Balsa (Torre de Ares, Tavira): (1) A terra sigillata*. Tavira: Câmara Municipal; Lisboa: Instituto Português de Museus.
- VIEGAS, Catarina (2006b) - O forno romano da Manta Rota (Algarve). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, pp. 177-196.
- VIEGAS, Catarina (2010) - *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de doutora.
- VIEGAS, Catarina (2011) - *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: UNIARQ.
- WIT, Frederick de (1630-1706) - *Novissima regnorum Portugalliae et Algarbiae descriptio [Material cartográfico]. Emendata a F. de Wit. - Escala [ca. 1:1100000], 10 Milliarum Germanicarum Communia 15 in uno Gradu = [6,80 cm]*. [Amsterdam : Frederick de Wit, ca 1680].